

PORTARIA Nº 3008/2014

Altera a [Portaria n. 2.498](#), de 22 de setembro de 2010.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do [art. 26](#) e o [art. 408 do Regimento Interno do Tribunal](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 003](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que a [Portaria n. 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, dispõe sobre procedimentos para o pagamento de precatórios, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que [referida Portaria](#), em seu art. 8º, definiu o modelo de ofício requisitório para a expedição de precatórios;

CONSIDERANDO que o aludido modelo de ofício requisitório foi revisado e aperfeiçoado, com o objetivo de facilitar seu preenchimento, bem assim a formatação e a expedição do precatório;

CONSIDERANDO, por fim, que a adoção do novo formato de ofício requisitório contribuirá para uma melhor prestação jurisdicional,

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 8º da [Portaria n. 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O juiz da execução deverá expedir o ofício requisitório, conforme modelo constante do Anexo desta Portaria, com menção dos dados exigidos pelo art. 5º da [Resolução nº 115](#), de 2010, do CNJ.

§ 1º - Serão cancelados os ofícios requisitórios expedidos sem a observância do modelo fixado neste artigo.

§ 2º - O ofício requisitório a que se refere este artigo será disponibilizado no Portal TJMG e na Rede TJMG.”.

Art. 2º - O Anexo da [Portaria n. 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 2 de julho de 2014.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2014.

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES

Presidente

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o art. 2º da Portaria n. 3008, de 27 de junho de 2014)
“ANEXO
(a que se refere o art. 8º da Portaria n. 2.498, de 22 de setembro de 2010)

Este formulário é um arquivo padrão PDF editável e gravável compatível com Adobe Reader 7.0 ou superior.

Use a tecla
“TAB” para
navegar nos
campos.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Ofício Requisitório
de Precatório*

Nº _____ / _____

* De acordo com o RITJMG e com a Resolução do CNJ nº 115/2010

Magistrado(a)

Vara/Cartório

Comarca

Exmo(a). Senhor(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Requisito o pagamento, em favor do(a) credor(a) e beneficiário(s), no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE VALORES

1. REQUISIÇÃO (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI):

Valor Total: R\$ _____ (_____)

O valor total da requisição corresponde à soma dos valores previstos nos itens 2 e 3. Verificar se houve as compensações previstas no item 4, alíneas 'a', 'b' e 'c', e efetuar a dedução dos valores compensados para a apresentação do valor total da requisição (item 1 = item 2 + item 3 - item 4).

Use a tecla
“TAB” para
navegar nos
quadrados
e
digite “X”
na opção
desejada

Natureza do precatório: ☐ comum ☐ alimentar

Processo de execução número: _____

Data do ajuizamento do processo de conhecimento (se for o caso): ____/____/____

Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

☐ Administrativo ☐ Civil ☐ Constitucional
☐ Trabalhista ☐ Tributário ☐ Acidentária

☐ Informar se o precatório decorre de desapropriação de imóvel residencial que se enquadra no art. 78, § 3º, do ADCT da Constituição da República.

Descrição adicional: _____

Observe os limites de preenchimento

Ente devedor: _____

CNPJ do Ente devedor: _____

2. CRÉDITO PRINCIPAL (referente ao credor principal - item 5)

* Valor: R\$ _____ (_____)

*Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante requisitado a título de honorários contratuais de advogado e a título de compensação (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 3, 'b' e item 4, 'a'.

Data-base para efeito de atualização monetária do valor: ____/____/____

Observe os limites de preenchimento

3. OUTROS CRÉDITOS:

a) Honorários de sucumbência (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, § 3º):

Valor: R\$ _____ (_____)

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____

Nome do Beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

Data de nascimento do credor: ____/____/____

O Beneficiário possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

pág 1/3

b) Honorários contratuais de advogado (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, §§ 2º e 3º):

Valor: R\$ _____ (_____)

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____

Nome do Beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

c) Honorários periciais (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, IV e VI):

Observe os limites de preenchimento

Valor: R\$ _____ (_____)

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____

Nome do Beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

Data de nascimento do credor: ____/____/____

O Beneficiário possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

4. **COMPENSAÇÕES HAVIDAS** (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI):

a) Em direito do credor principal: *

Observe os limites de preenchimento

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição Federal: ____/____/____

b) Em direitos de honorários: *

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição Federal: ____/____/____

c) Em direito de outros beneficiários: *

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição Federal: ____/____/____

* É obrigatória a juntada do Certificado de Compensação no Ofício Requisitório, caso esta tenha ocorrido. O modelo de Certificado de Compensação está disponível na Rede TJMG, em <http://www8.tjmg.jus.br/servicos/formularios/faces/lista/formularios.jsp>, no arquivo denominado «Certificado de Compensação de Precatório» código 10.10.506-9 (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 6º, § 3º).

Use a tecla
"TAB"
para
navegar
nos
quadrados
e
digite "X"
na opção
desejada

INFORMAÇÕES SOBRE O CREDOR PRINCIPAL

5. CREDOR PRINCIPAL

Nome do credor principal: _____

CPF / CNPJ Nº _____

Data de nascimento do credor: ____/____/____

O credor possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

a) O credor é:

☐ Incapaz

☐ Espólio

☐ Massa Falida

☐ Menor

Nome do representante legal: _____

CPF / CNPJ Nº _____

OAB Nº (se for o caso) _____

b) Informações sobre o procurador do credor principal:

Nome: _____

CPF / CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

INFORMAÇÕES SOBRE TRÂNSITO EM JULGADO

6. Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão do processo de conhecimento: ____/____/____

7. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou à impugnação ou a data do decurso de prazo para sua oposição: ____/____/____

É obrigatório, se for o caso, o envio da(s) cópia(s) da(s) respectiva(s) decisão(sões) dos itens 6 e 7.

OUTRAS INFORMAÇÕES

8. Fornecer as seguintes indicações:

☐ Precatório parcial

☐ Precatório complementar

☐ Precatório suplementar

☐ Existe penhora sobre o crédito * Valor : R\$ _____

* Obs.: Anexar cópia da decisão referente à penhora, se for o caso.

9. Enviar:

a) cópia de documento que conste o nome e o nº do CPF/CNPJ/OAB e, se for o caso, PIS/PASEP e NIT, de qualquer credor, representante legal ou advogado que for mencionado no Ofício Requisatório;

b) cópia(s) de decisão(ões) referente a precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV) expedido ou em fase de expedição, que tenha relação com honorários advocatícios contratuais ou de sucumbência ou ainda honorários periciais;

c) memória detalhada dos cálculos efetuados, individualizada por credor/beneficiário, com inclusão do valor principal da dívida, taxa de juros e a forma do seu cálculo, índices e base de cálculo da correção monetária e multa, se for o caso.

Obs.: O Ofício Requisatório e as cópias que o instruem devem ser enviados em duas vias autenticadas.

_____, ____ de _____ de _____

Escrivão(ã) Judicial

Magistrado(a)